TC 000.873/2015-2

Tomada de contas especial

Prefeitura Municipal de Cortês – PE

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão da impugnação total das despesas realizadas no âmbito do Convênio 796/2008, o qual teve como objeto o apoio à realização do projeto intitulado “Festa do São João da Paz de Cortês – PE”.

2. O valor firmado para a implementação do objeto foi de R\$ 165.000,00. Por intermédio da Ordem Bancária 2008OB900861, de 15/8/2008, o MTur liberou, em parcela única, o montante de R\$ 150.000,00 (peça 1, p. 99). A diferença, correspondente a R\$ 15.000,00, foi integralizada mediante contrapartida da convenente.

3. Com fundamento em pareceres das áreas técnicas, e em razão da reprovação da execução física e financeira do convênio, o relatório do tomador de contas concluiu que o dano ao erário deveria equivaler ao valor total original dos recursos repassados pelo MTur (R\$ 150.000,00). A responsabilidade pelo dano foi atribuída ao Sr. Ernane Soares Borba, prefeito do Município de Cortês – PE na gestão 2005-2008, a quem coube a aplicação integral dos recursos federais repassados (peça 1, p. 231-237).

4. Em consonância com a análise consignada no relatório de TCE, a Controladoria-Geral da União (CGU) atestou a irregularidade das contas e, por conseguinte, concluiu pela imputação de débito ao responsável acima mencionado (peça 1, p. 253-258).

5. Em sua instrução preliminar (peça 10), a Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE) ressaltou que, no âmbito do TC 012.630/2013-6 – que tratou de TCE instaurada pelo MTur devido a irregularidades identificadas na execução do Convênio 429/2008, firmado com o Município de Palmeiras/PE – foram identificados diversos indícios de que a empresa ABBL Promoções de Espetáculos Ltda., responsável pela realização do evento objeto do convênio em análise, teria sido aberta com o intuito de burlar licitações e de obter vantagens por meio de contratações irregulares (peça 10, p. 4).

6. Em razão disso, a Secex/PE propôs, a exemplo do procedimento adotado no mencionado TC 012.630/2013-6, a desconsideração da personalidade jurídica da ABBL Promoções de Espetáculos Ltda. (peças 10, p. 6, 11 e 12), com o objetivo de se promover a citação solidária do Sr. Carlos Marques Ferreira Júnior, sócio de fato da aludida empresa, a quem coube a assinatura do contrato de prestação de serviço para a realização do evento objeto do Convênio 796/2008, assim como dos recibos constantes das notas de subempenho (peça 7, p. 49-51, 92 e 95).

7. Na mesma instrução, foi proposta a citação solidária dos Srs. Ernane Soares Borba e Carlos Marques Ferreira Júnior, para que apresentassem alegações de defesa quanto às irregularidades constatadas. A desconsideração da personalidade jurídica e as respectivas citações foram autorizadas por meio do Acórdão 8.561-TCU-2ª Câmara (peça 13).

8. Por intermédio dos Ofícios 1.165 e 1.275/2016-TCU/SECEX/PE, os responsáveis foram regularmente citados (peças 16, 22, 23 e 24). As respostas por eles encaminhadas foram acostadas às peças 27 e 29.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. Após a análise das alegações de defesa apresentadas, a Secex/PE propôs, em pareceres convergentes, julgar irregulares as contas dos responsáveis, condená-los solidariamente ao ressarcimento do valor original de R\$ 150.000,00 (descontando-se o valor de R\$ 28,92 já restituído) e, ainda, aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (peças 30, p. 9-12, 31 e 32).

10. Considero apropriado o encaminhamento sugerido pela unidade técnica para este processo.

11. Registro, inicialmente, que o motivo que levou à reprovação da execução física do Convênio 796/2008 foi a não apresentação de fotografias que comprovassem a efetiva realização do evento concernente ao objeto da avença, qual seja a “Festa do São João da Paz de Cortês – PE”.

12. Ainda que se considere assistir razão ao Sr. Ernane Soares Borba ao afirmar, em suas alegações de defesa, que somente a partir de 2010 o MTur passou a orientar os convenientes a apresentar fotos ou vídeos para a comprovação da regular execução física dos convênios, constatou-se que a execução financeira do Convênio 796/2008 também restou reprovada.

13. Nesse sentido, importante frisar que, do plano de trabalho aprovado para o ajuste, já constava a definição das bandas que deveriam ser contratadas (peça 7, p. 24). No entanto, o pagamento pelos shows artísticos realizados no evento foi efetuado à empresa ABBL Promoções de Espetáculos Ltda., contratada mediante inexigibilidade de licitação.

14. Em sua prestação de contas, o responsável não apresentou o contrato de exclusividade entre as bandas que teriam se apresentado no evento e a empresa que recebeu pelos serviços. Conforme registrou a unidade instrutiva, no âmbito da documentação comprobatória de prestação de contas, foram encaminhadas cartas que conferem exclusividade apenas para o dia e local do evento (peça 7, p. 39-42). Esses documentos não são suficientes para comprovar que a ABBL Promoções de Espetáculos Ltda. seja efetivamente a representante legal das bandas, o que torna irregular sua contratação por inexigibilidade de licitação.

15. Acerca desse tema, tem-se que o Acórdão 96/2008-TCU-Plenário, além de ter deixado assente a necessidade de apresentação do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrou que esses contratos não se confundem com meras cartas que confirmam exclusividade apenas para um evento específico.

16. Destaco, ainda, que a apresentação dos contratos de exclusividade entre os artistas e os empresários contratados foi prevista expressamente na Cláusula Terceira, II, alínea “cc”, do termo do convênio, sob pena de glosa dos valores pactuados (peça 7, p. 58). Portanto, além de inobservância à jurisprudência desta Corte e à legislação de regência, a não apresentação de tais documentos configura-se como infração à norma regulamentadora do próprio ajuste.

17. Ademais, constam dos autos somente documentos que comprovam a realização de pagamentos diretamente à empresa ABBL Promoções de Espetáculos Ltda. (peça 7, p. 90-97). Não houve comprovação de que os valores pagos à referida empresa tenham sido efetivamente repassados às bandas que se apresentaram no evento.

18. Dessa forma, torna-se impossível estabelecer o nexo causal entre os recursos descentralizados por intermédio do Convênio 796/2008 e as despesas realizadas para a execução de seu objeto. Acerca desse tema, considero oportuno transcrever excerto do voto condutor do Acórdão 863/2013-TCU-2ª Câmara, da relatoria de V. Exa.:

24. Eis que a jurisprudência do TCU é firme no sentido de que cabe ao gestor, e não ao TCU, comprovar a regularidade das despesas, bem assim no sentido de que **a comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais depende, também e fundamentalmente, do nexo de causalidade demonstrado entre o montante repassado**

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

e a aplicação realizada [...] até mesmo porque, se assim não fosse exigido, nada impediria que o gestor se valesse de recursos de outras fontes, inclusive das municipais, para a execução do objeto pactuado, desviando os recursos federais para finalidade diversa da pactuada, inclusive para proveito próprio (v.g. Acórdãos 755/2012 e 5.765/2011, da 1ª Câmara; Acórdãos 7.755/2011 e 297/2008, da 2ª Câmara). (grifamos)

19. Quanto à alegação apresentada pelo Sr. Ernane Soares Borba de que a Ação Civil Pública 0000329-38.2014.4.05.8312 – ajuizada na Justiça Federal de Pernambuco, na qual se discute o mesmo assunto objeto desta TCE – teve a pretensão autoral julgada improcedente, friso que as instâncias administrativa e judicial são independentes, salvo em caso de absolvição, na esfera penal, por inexistência do fato ou negativa de autoria.

20. Dessa forma, de acordo com a jurisprudência dominante desta Corte de Contas, a atuação do TCU não se cinge à do Poder Judiciário, devido ao princípio da independência das instâncias e em razão de a jurisdição própria e privativa do TCU ter assento constitucional. Nesse sentido, cumpre mencionar os Acórdãos TCU 431/2008, 342/2007, 2.059/2011, todos da Primeira Câmara, e 2.819/2010, da Segunda Câmara, além daquele referenciado, pela Secex/PE, em sua instrução de mérito (peça 30, p. 4).

21. Além do já mencionado TC 012.630/2013-6, considero importante registrar que a empresa ABBL Promoções de Espetáculos Ltda. teve sua personalidade jurídica desconsiderada também no âmbito do TC 000.472/2015-8, no qual foram analisadas irregularidades equivalentes às constatadas neste processo. Naquela ocasião, o sócio de fato da referida empresa, Sr. Carlos Marques Ferreira Júnior, também teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito e cominação de multa, por meio do Acórdão 3.507/2016 – TCU – Segunda Câmara.

22. Por fim, infôrmo que, estando os autos neste Gabinete, foi juntado ao processo um novo documento, encaminhado pelo Sr. Ernane Soares Borba (peça 34), concernente a cópia de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região no âmbito da supracitada Ação Civil Pública 0000329-38.2014.4.05.8312.

23. Não obstante se tratar de novo documento, após a análise de seu conteúdo, verifiquei que o expediente não contém elementos capazes de alterar o juízo de mérito formulado, em razão da análise acerca da independência das instâncias já consignada na instrução de mérito da unidade técnica, assim como neste parecer.

24. Tendo em vista os argumentos anteriormente expostos, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com relação à proposta de encaminhamento uniforme alvitrada pela Secex/PE, constante das peças 30 a 32 deste processo.

(Assinado eletronicamente)

Sergio Ricardo Costa Caribé

Procurador